

APRESENTAÇÃO

No ano em que o livro *Os Herdeiros* completa 50 anos de publicação e é traduzido pela primeira vez em idioma nacional (BOURDIEU; PASSERON, 2014), preparar um dossiê no qual se discute a atualidade da abordagem inaugurada por ele nos pareceu especialmente interessante face aos dilemas e tensões que configuram a “questão universitária” no Brasil e no mundo hoje.

Nesse livro, os autores oferecem uma contribuição particular para se pensar nos efeitos da expansão do acesso ao ensino superior sobre a hierarquia social. Sem se limitar a constatar a progressão das matrículas, investigaram também as reconfigurações das desigualdades educativas em uma chave analítica que inclui uma interrogação sistemática sobre a orientação e o destino dos estudantes dos diferentes grupos sociais no interior do sistema de ensino francês.

Aproximar o contexto brasileiro atual com o francês dos anos de 1960 pode parecer inusitado para alguns leitores. Afinal, já se convencionou lembrar que esse livro, assim como os diversos estudos e publicações sobre a escola produzidos por Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron e por vários dos seus colaboradores, ao longo dos anos 1960 e 1970, são fruto de uma conjuntura particular francesa, na qual se articulam mudanças demográficas e econômicas particulares.

Por um lado, a derrota na segunda guerra mundial e o lançamento do *Sputnik* pela União Soviética em 1957, em plena guerra fria, alimentavam na França um discurso tecnocrático sobre o rendimento escolar. Por outro lado, crescia, desde o início do século XX, a percepção de que as desigualdades educacionais se constituíam em um grave problema social. Decorrente, pelo menos em parte, das transformações na concepção de justiça social advindas da revolução russa, tal percepção era aguçada pelas pressões advindas, em especial, da chegada da geração do *baby boom* aos anos finais do ensino primário, o que havia acontecido ao longo da década de 1950, forçando o aumento de matrículas no ensino secundário (correspondente ao antigo ginásio brasileiro). Ela era alimentada também por pressões das famílias dos grupos médios pelo alongamento da escolarização dos seus filhos, num contexto em que o desenvolvimento do setor terciário e o avanço da tecnologia permitiam que as credenciais escolares pudessem ser vistas como bilhetes de entrada para ocupações mais rentáveis.

Tudo isso ajuda a explicar a difusão de um sentimento de “crise da educação”, que a ambiguidade das reformas, emanadas do gaullismo, não ajudavam a superar, na medida em que buscavam ampliar, simultaneamente, a formação de elites técnicas e científicas e o acesso ao ensino secundário e superior aos grupos médios, até então, excluídos das trajetórias escolares de longa duração. Tais reformas deparavam-se com a oposição dos professores, sindicatos e partidos de esquerda. Os sindicatos de professores, que não dispunham à época de um projeto próprio (WEBER, 2011), apoiavam-se sobre o plano de reforma elaborado por dois eminentes intelectuais ligados ao Partido Comunista Francês, Paul Langevin e Henri Wallon, ao final da ocupação nazista, apresentado nos seguintes termos:

A reconstrução completa de nosso ensino repousa sobre um pequeno número de princípios, dos quais todas as medidas previstas para serem implementadas seja imediatamente, seja no mais longo prazo serão uma aplicação. O primeiro princípio, aquele que por seu próprio valor e pela importância de suas consequências domina todos os outros é o princípio de justiça. Ele apresenta dois aspectos não opostos, mas complementares: a igualdade e a diversidade. Todas as crianças, quaisquer que sejam suas origens familiares, sociais, étnicas, têm o mesmo direito ao desenvolvimento máximo que sua personalidade permite. Eles não devem encontrar outra limitação que não seja a de suas aptidões. O ensino deve, portanto, oferecer a todos possibilidades iguais de desenvolvimento, abrir a todos o acesso à cultura, se democratizar, menos por uma seleção que afasta do povo os mais bem-dotados, mas por uma elevação contínua do nível cultural do conjunto da Nação. A introdução da “justiça na escola” pela democratização do ensino colocará cada um no lugar que lhe destinam suas aptidões, para o bem maior de todos. A diversificação das funções será comandada, não mais pela fortuna ou pela classe social, mais pela capacidade de desempenhar a função. A democratização do ensino, de acordo com a justiça, garante uma melhor distribuição das tarefas sociais. Ela serve ao interesse coletivo ao mesmo tempo que à felicidade individual. (LANGEVIN; WALLON, 1946: 2, nossa tradução, aspas no original)

Concretamente, portanto, a contribuição que o livro ofereceu para esse debate não residiu na demonstração da desvantagem escolar dos jovens oriundos dos grupos mais desfavorecidos. Essa desigualdade já era conhecida e debatida não só na França (PASSERON, 2007) como, por exemplo, na Grã-Bretanha (MINISTRY OF EDUCATION, 1959, 1963; COMMITTEE ON HIGHER EDUCATION, 1963), assim como em outros países. Sua contribuição original consistiu em apresentar uma nova forma de explicar o fenômeno. Até então tratada como um problema de política pedagógica, a desigualdade educacional foi

alçada, no livro, a elemento central de uma sociologia dos processos de dominação e/ou de uma sociologia das classes sociais.

Trata-se de uma abordagem que tem se mostrado frutífera na análise do caso brasileiro e, em particular, dos padrões de acesso ao ensino superior. Aliás, algo daquele contexto pode ser percebido no Brasil dos últimos 20 anos. Se não é possível constatar uma explosão demográfica – ao contrário, o período é de queda na fecundidade (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2006), podemos sem dúvida identificar uma explosão escolar decorrente tanto das medidas de correção de fluxo implementadas no sistema desde os anos 1980, quanto da importância estratégica cada vez maior dos títulos escolares para a inserção e permanência no mercado de trabalho, entre outros. (HASENBALG; VALLE SILVA, 2003; OECD, 2014) O resultado foi um aumento substantivo dos concluintes no ensino médio, passando de 19% a 52% dos jovens entre 18 e 24 anos no período entre 1995 e 2009, o que contribuiu para o crescimento inédito da demanda por acesso ao ensino superior nesse período. (ANDRADE, 2012)

Não obstante, o país está longe de universalizar o ensino médio e ainda mantinha, em 2009, 81% dos jovens entre 18 e 24 anos fora do ensino superior (ANDRADE, 2012), comparando-se mal em termos mundiais e, em especial, aos seus vizinhos latino-americanos¹. (OECD, 2014) Aqueles que logram ingressar, desenvolvem percursos escolares muito desiguais em termos do valor do diploma que terão condições de obter. Trata-se de trajetórias extremamente dependentes dos recursos econômicos de suas famílias. Como mostram os dados do Censo da Educação Superior de 2012, quando se considera o quintil de renda da população, as taxas de escolarização líquida na idade entre 18 a 24 anos são bastante desiguais. Embora as taxas de matrículas no ensino superior venham aumentando para todos nos últimos 10 anos, ainda em 2012, os 20% mais pobres da população nesta faixa etária representavam 3,6% da população no ensino superior, enquanto os 20% mais ricos representam 36%. (INEP, 2012)

Essa desigualdade nos destinos educacionais e, *a fortiori*, ocupacionais não passou despercebida no Brasil. O aprofundamento da experiência democrática no país criou condições para que ela pudesse ser vista como inaceitável e foi um dos elementos que sustentaram uma mudança na linguagem usada nos debates sobre acesso à educação no Brasil. Se já estava longe o período em que se defendia a expansão da escolarização como instrumento de construção do cidadão, também já não se discutia a necessidade de reformas educacionais apenas a partir das exigências de formação de mão de obra. A justiça social entrara em pauta e era em nome do direito à educação que tal demanda se apresentou no país. (ALMEIDA, 2008)

Na última década, especialmente, diversas medidas foram implementadas em resposta a essas reivindicações. Esperava-se, em especial, ampliar a base

social do recrutamento, promovendo a inclusão dos jovens oriundos dos grupos sociais menos privilegiados no ensino superior brasileiro. Entre essas medidas podemos citar os programas de financiamento estudantil para aqueles que se dirigem às universidades privadas, como é o caso do Fies (2001) e do ProUni (2004), que contribuíram para multiplicar as matrículas em faculdades privadas, que chegam hoje a representar 74% do total das matrículas neste nível de ensino. (INEP, 2013) Outras iniciativas visaram ampliar o acesso às universidades públicas, como foi o caso da criação de 14 novas universidades federais desde 2003 e as inúmeras experiências de ação afirmativa – incluindo mas não se limitando a reservas de vagas – desenvolvidas pelas próprias universidades federais até à aprovação mais recente da chamada Lei de Cotas (Lei 12.711/2012). Outras iniciativas foram tomadas no âmbito estadual. A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, desenvolveram, em 2004 e 2006, respectivamente, dispositivos para aumentar as chances dos estudantes oriundos de grupos menos privilegiados em seus seletivos exames de ingresso.² Esses consistem em oferecer uma pontuação suplementar aos estudantes procedentes de escolas públicas e aos estudantes negros, pardos e indígenas nas provas do vestibular.

Isso tudo revela o quanto os debates sobre a representação desigual dos diferentes grupos sociais no ensino superior, que impulsionaram o estudo de Bourdieu e Passeron em 1964, têm sido proeminentes no contexto brasileiro no período pós-regime militar. Guardadas as diferenças, percebemos que, de maneira muito semelhante ao que ocorria na França naquele período, trata-se de um debate com grande visibilidade midiática, que mobiliza argumentos baseados na ideologia do mérito individual, e que impulsiona os governos a apresentarem planos de enfrentamento e políticas públicas.³

Apesar desses pontos de contato, para o estudioso das desigualdades de classe na educação e, em particular, da contribuição da educação para a desigualdade de classes, há diferenças curiosas e, de certa maneira, reveladoras do estado atual dessa discussão na sociedade brasileira. Por exemplo, é desalentador notar como a profusão de estatísticas públicas sobre o crescimento da matrícula nos diferentes níveis de ensino, nem sempre se fez acompanhar das informações mais necessárias para se compreender o que esta expansão significou em termos de redução das chances desiguais de acesso aos diferentes níveis de ensino.

Embora muitos estudiosos tenham se esforçado para construir dados que permitam cobrir, pelo menos em parte, essa lacuna (RIBEIRO, 2011; MARTELETO, L. J. *et al*, 2012; MONT'ALVÃO, 2014), inexistem dados oficiais amplamente disponíveis que permitam analisar sistematicamente a relação entre as matrículas nos diferentes níveis do sistema de ensino brasileiro e a escolarização e categoria ocupacional dos pais. No melhor dos casos, encontramos estatísticas sobre as desigualdades educacionais em função da cor da pele e do gênero, e, em

termos institucionais, da dependência administrativa da escola e da sua localização geográfica. Sobre a desigualdade de representação dos estudantes entre os grupos sociais, a renda é a pista mais significativa que temos. (INEP, 2012)

É verdade que essas dimensões correspondem a algumas das principais clivagens sociais no Brasil e permitem um enorme avanço nos estudos sobre os usos da escola pelos diferentes grupos sociais se comparadas ao que estava disponível há apenas alguns anos em que predominavam apenas os dados sobre o número de matrículas nos diferentes níveis do sistema educacional. No entanto, eles não substituem informações sobre a escolarização e a categoria ocupacional dos pais, cuja análise permitiria construir um quadro muito mais preciso da relação entre os sistemas de ensino e a estrutura social no Brasil.

A leitura de *Os Herdeiros* provoca de imediato uma interrogação sobre as razões dessa ausência e, tão importante quanto isso, nos indica o quanto ainda falta para compreendermos de fato os processos pelos quais são construídas as desigualdades educacionais no nosso país. O trabalho minucioso dos autores a partir das estatísticas oficiais francesas, associado a um enorme esforço de pesquisa coletiva, indicam o quanto o acesso a dados oficiais sobre a origem social dos estudantes poderia contribuir para o adensamento das análises sobre a relação entre o sistema de ensino e a reprodução da hierarquia social no país.

A riqueza dos estudos que se dedicaram desde a década de 1960 a revelar, em escala global, as múltiplas dimensões das desigualdades educacionais, incluindo não apenas o acesso, mas também os efeitos das escolhas, das orientações, além do peso dos vereditos escolares sobre as trajetórias no interior dos sistemas de ensino, constituem hoje um rico acervo cujo potencial heurístico ainda está para ser devidamente explorado com relação à dinâmica educacional brasileira, justamente pela falta de informações mais detalhadas sobre a origem social dos estudantes.

Técnicas de pesquisa extremamente custosas praticadas correntemente pelos pesquisadores brasileiros – como é o caso da pesquisa por questionário, por entrevistas e aquelas de inspiração etnográficas – poderiam se beneficiar significativamente de dados oficiais que oferecessem mais informações sobre a composição social dos estudantes inscritos nas universidades públicas e privadas do país. A leitura do livro de Bourdieu e Passeron certamente mostra os efeitos dessa ausência sobre nossa compreensão da operação do sistema no que diz respeito à hierarquia de classes. Por contraste com a literatura, tudo indica que os dados brasileiros sobre a população estudantil permitem revelar apenas a ponta do *iceberg*.

Os artigos reunidos nesse dossiê – *Os Herdeiros* e a questão universitária contemporânea – oferecem uma contribuição inédita para essa discussão. Quarenta anos depois da primeira publicação do livro *Os Herdeiros*, apresentamos diversos aspectos pelos quais ele continua a desempenhar um papel importante tanto na

construção teórica do objeto escolarização, quanto nas escolhas metodológicas que organizam o seu estudo.

Os dois primeiros artigos reexaminam o arsenal conceitual colocado em ação pelos autores. Jean-Pierre Faguer, ao examinar a *khâgne*, elucida o significado da experiência escolar de Pierre Bourdieu na gênese de sua sociologia, na medida em que sustenta que este contexto escolar extremamente concorrido e, ao mesmo tempo, consagrado e prestigioso, constituía-se em uma fonte constante de ansiedade. Nesta análise inspiradora, Jean-Pierre Faguer explora como a experiência educacional precoce de intensa preparação para o domínio de uma cultura “erudita” em um ambiente de forte competição escolar e assentado sobre os mais tradicionais e conservadores valores do ponto de vista escolar (importância do latim, do grego, do domínio da dissertação etc) teriam tornado Bourdieu especialmente crítico à arbitrariedade dos valores escolares e, ao mesmo tempo, teria sido o motor de uma reconversão a uma só vez política identitária e profissional que representou sua passagem da filosofia para a sociologia.

Claudio M. M. Nogueira e Maria Alice Nogueira, por sua vez, procedem a uma análise da obra que, sem deslocá-la do seu contexto de produção, oferece aos leitores brasileiros a possibilidade de apreender em sua completude toda a complexidade do argumento ali desenvolvido. Como eles mostram, há uma relação bastante direta que está sendo sustentada: a de que a origem social influencia o acesso ao ensino superior e as características desse acesso, tanto em termos orientações de cursos e disciplinas privilegiadas, quanto em termos da relação que estabelecem com os estudos e com a vida acadêmica. Com isso, além de apresentar uma refutação substantiva à ideia de que os percursos no ensino superior derivam do mérito individual e/ou da manifestação espontânea de dons e talentos natos, os autores inauguram um programa de pesquisas destinado a identificar tanto o que deve ser compreendido como origem social, quanto, não menos importante, as mediações pelas quais a origem social pode se impor como um princípio orientador das decisões, escolhas, preferências manifestadas e efetivadas pelos estudantes.

Entre outros resultados, esse programa de pesquisas vai dar origem mais tarde à noção de capital cultural e, com ele, à demonstração de que capital cultural só pode ter o efeito que de fato tem por contar com a cumplicidade do sistema de ensino, isto é, de todo aquele arsenal de pequenos atos nos quais estão envolvidos professores, gestores, formuladores de política pública que cotidianamente vão construindo e implementando os instrumentos de seleção e classificação que servem à produção dos vereditos escolares.

Os cinco artigos seguintes interagem diretamente com esse programa de pesquisas para produzir contribuições sobre a questão a partir de dados originais ou até então não explorados com essa finalidade. Todos eles tratam de diferentes aspectos da questão universitária contemporânea: desigualdade de acesso,

desigualdade de experiências acadêmicas e de orientação no ingresso no ensino superior. Quatro artigos tomam o caso brasileiro para análise e o quinto apresenta e discute o caso do estado indiano do Kerala.

O primeiro artigo dessa parte examina os efeitos da expansão de vagas e das ações afirmativas, recentemente implementadas, sobre a inclusão social nas universidades públicas por meio da análise das características sociais dos estudantes que ingressaram em quatro universidades paulistas – USP, Unicamp, Unifesp, UFABC – no ano de 2012. Partindo de dados sobre a origem social dos alunos e sobre suas orientações em termos de escolha das carreiras, Ana Almeida e Maurício Ernica mostram que um número significativo de jovens oriundos de famílias com menor renda e com menor escolarização logrou ingressar nessas instituições previamente tão impermeáveis a esses grupos. Eles mostram também que, apesar disso, o formato institucional da expansão fez com que esses jovens continuassem a ser dirigidos para os cursos menos prestigiados, impulsionando forte segmentação interna. Nesse quadro, o caso da UFABC se diferencia um pouco e deve ser examinado com atenção. Essa universidade recebeu um número maior de estudantes oriundos de famílias de renda mais alta, mas sem diplomas de ensino superior e parece ter adiado a segmentação social com a adoção dos Bacharelados Integrados.

O espaço do ensino superior privado é discutido no artigo de Wilson Mesquita de Almeida a partir do exame da origem social e da situação de trabalho de bolsistas do ProUni em São Paulo. Baseando-se em um conjunto de entrevistas que permitiram examinar as experiências de acesso e permanência desses estudantes, o artigo revela uma diferenciação significativa no interior do grupo de bolsistas no que diz respeito a sua origem social, documentando a associação entre posição na hierarquia social e o acesso a carreiras e instituições mais ou menos prestigiadas de ensino superior. Talvez um dos seus resultados mais expressivos seja a documentação da maneira como isso tudo interage com o significado e os efeitos que o acesso ao ensino superior pode ter para os diferentes grupos de estudantes.

Daniela Maria Ferreira e Maria Emília Lins e Silva, por sua vez, examinam os investimentos acadêmicos dos estudantes no ensino superior. Elaborando a partir das hipóteses sustentadas por Bourdieu e Passeron para analisar as respostas dadas a um questionário respondido por estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco sobre sua origem social, suas práticas culturais e, em particular, as acadêmicas, elas desenvolvem uma análise dos recursos sociais e culturais mobilizados por eles na construção de suas trajetórias universitárias. O artigo aponta a importância de mediações como o tipo de escola, o tipo de trabalho do estudante e a religião na constituição dos diferentes percursos universitários.

No artigo seguinte, Graziela Serroni Perosa e Taline de Lima e Costa examinam se os antigos padrões de ingresso no ensino superior brasileiro teriam

sido preservados ou modificados após a expansão, tomando o caso da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) para análise. Visando contribuir para o estudo da democratização do acesso ao ensino superior brasileiro, as autoras se interrogam sobre a pertinência da tipologia das modalidades de democratização proposta por Merle (2000) para pensar o caso específico da Unifesp. Neste estudo, o microcosmo dessa universidade, composto por seus cinco *campi*, foi reconstruído a partir das estatísticas descritivas derivadas de um questionário socioeconômico aplicado anualmente pela universidade desde 2011. Utilizaram para tanto uma técnica de análise geométrica dos dados estatísticos para obter uma representação estrutural do conjunto do universo explorado e, ao mesmo tempo, lançar luz sobre as configurações específicas no seu interior. Ao final, identificam a hierarquia dos fatores que pesam para a ocupação desigual das carreiras na Unifesp como um todo e exploram as especificidades dos diferentes *campi* desta universidade no que diz respeito à composição do capital econômico e escolar das famílias dos estudantes. Considerando-se a renda familiar, a escolaridade dos pais e a cor da pele dos estudantes, entre outras variáveis, o fator que mais pesou para ocupação desigual das carreiras da universidade, foi a escola privada no nível do ensino médio, corroborando a centralidade da segmentação do tipo público e privado, no estudo das desigualdades educacionais brasileiras (PEROSA, 2004; ROCHA; PEROSA, 2008) e a importância desta variável no caso brasileiro. Uma dimensão que, certamente não por acaso, assumiu um papel chave na formulação de dispositivos de políticas públicas dos últimos anos que visaram a democratizar o acesso à universidade pública brasileira.

O artigo de Loni Bordoloi Pazich persegue uma questão lançada em *Os Herdeiros*, mas relevante ainda hoje, que diz respeito à possibilidade de que as forças que mantêm a hierarquia social e o modo particular de distribuição de vantagens e desvantagens a que ela dá origem possam ser desmobilizadas de uma maneira duradoura, significativa e genuína. A partir do caso do estado de Kerala, na Índia, esse artigo examina o papel desempenhado por forças históricas na mediação do impacto de uma política de ação afirmativa na educação superior. A autora mostra que foi devido a uma combinação de fatores, incluindo a herança da matrilinearidade e a experiência do comunismo, que o estado de Kerala expandiu o acesso à educação superior para estudantes oriundos da casta mais baixa, inclusive mulheres, num grau que permanece único na Índia e que merece ser melhor estudado com referência a outras experiências de democratização do ensino superior.

No artigo seguinte, José Luis Moreno Pestaña prolonga, de maneira um tanto inesperada, o valor heurístico da noção de capital cultural para propor o conceito de capital erótico. A linha argumentativa do artigo centra-se em dois problemas, o primeiro relativo à frágil institucionalização do capital erótico – definido em parte, mas não exclusivamente, como o acesso desigual às técnicas de controle

da aparência – e o segundo problema, relativo a como tratar as desigualdades corporais na mesma chave sociológica e filosófica empregada para discutir o capital cultural. Trata-se de uma contribuição particularmente instigante, na medida em que permite ao leitor pensar na noção de *hégis corporal*, descrita por Pierre Bourdieu e Monique de Saint-Martin (1998) como fundamento dos julgamentos professorais, mas cujas conexões com a percepção social do corpo (BOURDIEU, 2014) e com a própria noção de capital permanecem ainda pouco exploradas pela literatura sociológica e, em particular, educacional brasileira.

O dossiê se encerra com uma entrevista com Monique de Saint-Martin, na qual Ana Maria F. Almeida, Graziela Perosa e Mauricio Ernica solicitam um retorno reflexivo sobre o contexto, os debates e as operações de pesquisa que cercaram a produção do livro *Os Herdeiros – os estudantes e a cultura*. Monique de Saint-Martin oferece indicações sobre a maneira como a pesquisa coletiva, na qual se inseriram tantos jovens aprendizes de sociólogos, foi central para o desenvolvimento da contribuição particular que os pesquisadores reunidos no Centre de sociologie de l'éducation et de la culture [Centro de Sociologia da Educação e da Cultura] e no Centre de sociologie européenne [Centro de Sociologia Europeia] deram, em inúmeros trabalhos, para fazer avançar nossa compreensão sobre o lugar social da escola nas sociedades contemporâneas.

Esperamos que essa coleção de artigos possa ser útil aos nossos colegas e aos jovens pesquisadores que adentram esse campo de estudos, principalmente na fomentação de hipóteses de pesquisa e formas de construção e exploração de dados, que possam contribuir para aprofundar nosso conhecimento sobre o funcionamento da escola brasileira e seus efeitos sobre a hierarquia de classes.

Ana Maria F. Almeida (Unicamp)
Graziela Serroni Perosa (USP)
Organizadoras

Notas

1. A esse respeito, consultar documento da FAPESP sobre o sistema de indicadores sobre o ensino superior. Em países como a Finlândia e a Coréia do Sul as taxas da população entre 18 e 24 anos são da ordem de 90%. Um segundo grupo de países, que inclui os Estados Unidos, Dinamarca e Suécia exibem taxas entre 70% e 85%. Na América Latina, a taxa bruta de matrícula no ensino, de países como a Argentina e o Chile, é de 63,8% e 46,6% em 2006, e o Peru com 35,1%, estando o Brasil ainda com taxas extremamente baixas em torno de 29,4% e o Estado de São Paulo com 27,8%. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/indicadores/2010/volume1/cap2.pdf>>.

2. Para um estudo anterior à introdução destas medidas sobre os exames de acesso à USP e à Unicamp e a desigualdade dos estudantes face a eles, em função do capital econômico e escolar das famílias, consultar, Ana Maria Almeida (2007).

3. Semelhanças podem ser traçadas também com o atual contexto francês, que se confronta, embora em outra conjuntura, com as demandas para ampliação da participação de estudantes de origem popular nas *grandes écoles*. (BEAUD; CONVERT, 2010)

Referências

ALMEIDA, A. M. F. O Assalto à Educação pelos Economistas. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 01, 2008, p. 163-178.

_____. A Noção de capital cultural é útil para compreender o Brasil? In: ZAGO, N.; PAIXÃO, L. (Orgs.). *Sociologia da Educação Brasileira: Pesquisa e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 44-59.

ANDRADE, C. Y. Acesso ao Ensino Superior no Brasil: equidade e desigualdade social. *Revista Ensino Superior*, Campinas, n. 6, p. 18-27, 2012.

BEAUD, S.; CONVERT, B. 30 % de boursiers en grande école... et après? *Actes de la recherches em sciences sociales*, 2010, n. 183, p. 4-13.

BERQUÓ, E.; CAVENAGUI, S. Fecundidade em declínio. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 74, mar. 2006

BOURDIEU, P. Notas provisórias sobre a percepção social do corpo. *Pro-Posições*, Campinas, v. 25, n. 1, Apr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072014000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05/03/2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072014000100014>.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *Os Herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis, Editora UFSC, 2014.

BOURDIEU, P.; SAINT-MARTIN, M. de As categorias do juízo professoral. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). *Pierre Bourdieu. Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 185-216.

COMMITTEE ON HIGHER EDUCATION (Robbins). *Higher Education: Report (and appendices)*, London: HMSO, 1963.

HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS ANYSIO TEIXEIRA *Resumo Técnico do Censo da Educação de 2012*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf>. Acesso em 10/03/2015.

LANGVIN, P.; WALLON, H. *Projet Langevin-Wallon*. Disponível em: <http://www.esen.education.fr/fileadmin/user_upload/Modules/Ressources/Rapports/langevinW.pdf>. Acesso em 03/03/2015.

MARTELETO, L. J. *et al.* Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 277-302, jul./dez. 2012.

MERLE, P. Le concept de démocratisation de l'institution scolaire : une typologie et sa mise à l'épreuve. *Population*, v. 55, n 1, p. 15-50, 2000.

MINISTRY OF EDUCATION. *15 to 18: Report of the Central Advisory Council for Education (England) (Crowther)*, vol. 1: Report, London: HMSO. 1959.

MINISTRY OF EDUCATION. *Half Our Future: a report of the Central Advisory Council for Education (England) (Newsom)*. London: HMSO. 1963.

MONT'ALVÃO NETO, A. L. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 127, abr./jun., 2014.

OECD. *Education at a Glance 2014: OECD Indicators*. OECD Publishing. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2014-en>>

PASSERON, J. C. Que reste-t-il des Héritiers et de La Reproduction (1964-1971) aujourd'hui? Questions, méthodes, concepts et réception d'une sociologie de l'éducation. *Sociological Research Online*, Surrey, v. 12, n. 06, 2007.

PEROSA, G. S. Grupos familiares, investimentos educacionais e o mercado escolar em São Paulo. *Pro-Posições* (Unicamp), Campinas, v. 15, n. 2, p. 61-75, 2004.

ROCHA, M. S. P. M. L.; PEROSA, G. Notas etnográficas sobre a desigualdade educacional brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 103, p. 425-449, 2008.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. *Dados*, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011.

WEBER, L. Les Héritiers et la Reproduction dans les débats des années 60-70. *Savoir/Agir*, Broissieux, n. 17, p. 21-31, 2011.